

IGOT

RELATÓRIO  
DE GESTÃO  
2021



## 2.2 | GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A componente de gestão financeira e patrimonial do presente relatório de atividades e gestão permite uma análise económica e financeira do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa), bem como o grau de execução da receita e da despesa no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, traduzindo de forma fidedigna os registos contabilísticos da Instituição.

O relatório de gestão analisa na ótica da contabilidade pública a execução orçamental das duas grandes medidas do IGOT-ULisboa: ensino e investigação e analisa a contabilidade patrimonial de modo a disponibilizar a informação mais relevante que permita avaliar o Resultado do exercício e como aplicar o resultado.

O relatório está elaborado com base nos elementos contabilísticos retirados da aplicação informática em uso (SAP) e tem por base os outputs de gestão patrimonial e o balanço, demonstração de resultados e anexo ao balanço e demonstração de resultados que fazem parte integrante do presente relatório.

Durante o ano de 2021 continuámos a desenvolver competências que autonomizem a independência do IGOT- Ulisboa, face aos serviços centrais da Reitoria da UL. Em 2021, todos os processos de realização de despesa, de bens e serviços e de equipamentos, passaram a ser realizados no IGOT, tendo o procedimento da despesa, desde a requisição de compra até ao registo do pagamento, passando pelo cabimento, pedido de compra, compromisso, proposta de adjudicação, nota de encomenda, registo da fatura, emissão de PAP, tem sido executados pela Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial (UGFP), de modo a que a informação para a gestão seja mais célere e 100% fiável, sobretudo ao nível da execução dos projetos de investigação, o que permite caminhar para uma gestão integral, otimizando o rigor da informação e permitindo a eliminação de controlos paralelos ao SAP, que era feita até aqui.

Para além disso, todos os processos de despesa começaram em 2021 a ser registados pelo modulo logístico abandonando a prática estabelecida até então, condenada pelas normas legais e regulamentares, de registar o processo de despesa apenas no modulo financeiro, ou seja, não percorrendo as fases da contabilidade acima referidas.

Ao nível do património, destaca-se a inventariação de mais de 2 500 bens adquiridos até 2020, assim como de todos os adquiridos em 2021, sua etiquetagem e atualização no ERP SAP e a elaboração do procedimento de aquisição de bens do património, que pressupõe o preenchimento completo de uma ficha de cadastro, contendo a descrição do bem, número identificador e sua etiquetagem, o que permite otimizar a sua gestão.

Por força da implementação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), que estabelece as regras relativas ao tratamento, de dados pessoais relativos a pessoas na UE, aplicável obrigatoriamente a partir do dia 25 de maio de 2018, fomos obrigados a alterar todos os contratos registados no Portal Base, por forma a ocultar os dados pessoais e sensíveis que constavam dos mesmos, como por exemplo, número do Cartão de Cidadão, nome do Gestor do Contrato, moradas, etc. Tratou-se de um trabalho moroso, uma vez que implicou a impressão de todos os contratos, a ocultação dos dados sensíveis, digitalização e novo carregamento dos contratos no Portal Base.

Por último, implementamos o estabelecido no artigo 381º da Lei 75-B/2020 de 31 dezembro que veio permitir às instituições a recuperação do IVA suportado nas aquisições de equipamentos adquiridos no âmbito da investigação. Durante o ano de 2021 foram efetuados cinco pedidos à Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo sido aprovados e recuperado um valor de 11 023,83 euros.

## //ANÁLISE ORÇAMENTAL

### **RECEITA**

Os resultados obtidos no ano 2021 são positivos e encontram-se, em termos gerais, alinhados com o que tínhamos previsto em sede de orçamento, mantivemos a trajetória verificada em anos anteriores em que o aumento da receita é maior do que o aumento da despesa, contribuindo para o aumento do saldo transitado e cumprindo a regra do equilíbrio orçamental estabelecida em sede de Orçamento de Estado.

Em termos de receita, o valor total arrecadado em 2021 ascendeu a 5 773 705,96€, 3 445 285,43€ da atividade Ensino, 2 317 471,62€ da atividade Investigação e 10 948,91€ da atividade criada obrigatoriamente para gestão das verbas COVID-19. O que significa que é o ensino que continua a assegurar o funcionamento do IGOT, pelo que é fundamental o trabalho de continuar a captar estudantes de modo a garantir a sustentabilidade financeira do IGOT.

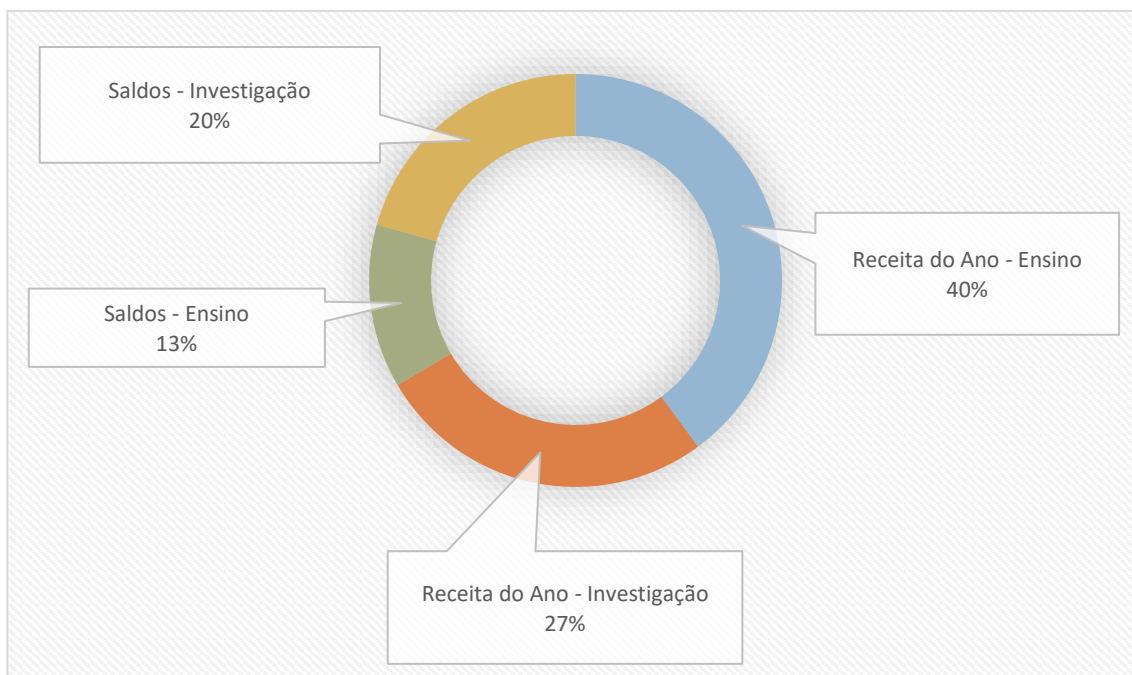
À receita total arrecadada, devemos acrescentar o saldo de 2020 que foi de 286 294,27€ da atividade ensino e 2 620 710,30€ da atividade Investigação.

De referir que estes saldos acabaram por não ser integrados em 2021 por estes valores uma vez que o Conselho de Gestão deliberou apurar o saldo dos overheads de projetos de investigação e de prestação de serviços terminados até 2020, e integrar esse valor (assim como um pequeno montante restante dos saldos de Medidas COVID-19), que ascendeu a 826 701,40€ na atividade ensino de modo a que a obra de ampliação do edifício do IGOT tenha devidamente identificados em sede de Orçamento de Estado as verbas disponíveis para o efeito.

Deste modo, o ensino acabou por ter uma receita total em 2021 de 4 580 325,70€, sendo 3 445 285,43€ de receita do ano e 1 135 040,27€ de saldo integrado de 2020. Por outro lado,

a investigação registou uma receita total de 4 111 481,19€, sendo 2 317 471,62€ de receita do ano e 1 794 009,57 de saldo integrado de 2020.

**/GRÁFICO 1 |** REPARTIÇÃO DA RECEITA, ENTRE A RECEITA DO ANO E SALDOS APLICADOS, NA VERTENTE ENSINO E INVESTIGAÇÃO.



**/QUADRO 1 |** DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE 2019, 2020 E 2021, POR PROVENIÊNCIA DE VERBA

Fonte Financiamento	2021	Peso Relativo	2020	Peso Relativo	2019	Peso Relativo
OE	2 323 600,00	50,73%	2 211 075,00	63,38%	2 053 954,00	58,45%
Propinas	837 363,54	18,76%	711 755,68	20,40%	999 854,26	28,45%
Saldo de 2020	1 135 040,27	24,30%	337 869,78	9,69%	345 522,51	9,83%
Outros	284 321,89	6,21%	227 730,08	6,53%	114 588,69	3,26%
<b>Ensino</b>	<b>4 580 325,70</b>	100%	<b>3 488 430,54</b>	100%	<b>3 513 919,46</b>	100%
FCT	1 192 586,38	29,01%	1 069 513,44	27,68%	664 870,83	20,65%
U.E.	896 520,84	21,81%	342 197,30	8,86%	248 302,60	7,71%
Saldo de 2020	1 794 009,57	43,63%	2 165 130,88	56,04%	2 144 160,00	66,60%
Outros	228 364,40	5,55%	286 885,11	7,43%	162 222,03	5,04%
<b>Investigação</b>	<b>4 111 481,19</b>	100%	<b>3 863 726,73</b>	100%	<b>3 219 555,46</b>	100%
<b>Total Receita</b>	<b>8 691 806,89</b>		<b>7 352 157,27</b>		<b>6 733 474,92</b>	

Relativamente à receita arrecada na Atividade Ensino e Investigação os quadros infra ilustram os valores arrecadados nas grandes rubricas de receita nos três últimos anos.

Na atividade ensino a componente com maior expressão é a verba proveniente das transferências do Orçamento de Estado, 2 323 600,00€ a que corresponde 50,73% da receita total do Ensino. O valor absoluto das transferências do Estado tem vindo a aumentar de ano para ano, de 2020 para 2021 registámos um aumento de 5,09% o que permitiu que a cobertura dos encargos com remunerações do pessoal do quadro fosse de 87,71% em 2021 contra os 79,65% verificados em 2020.

A outra componente com maior expressão, as receitas de propinas dos 3 ciclos de estudos que representam 18,76% da receita total, registaram um crescimento de 17,65% face a 2020. Porém, os valores dessa rubrica ainda não se encontram ao nível dos valores arrecadados pré-covid, isto porque, apesar do número de estudantes inscritos no ano letivo 2021/2022, ter aumentado em 8% (mais 61 estudantes), o valor arrecadado de propinas desses estudantes não cobre o impacto da redução das propinas do 1.º ciclo decretado pelo Governo.

Quanto ao peso relativo de 24,30% do saldo do ano anterior relativamente ao total da receita na atividade Ensino, como explicamos anteriormente, trata-se de um aumento pontual decorrente da opção estratégica de integrar os saldos de overheads de projetos e prestação de serviços terminados até 2020 na atividade ensino.

Relativamente às receitas da atividade de investigação a rubrica que mais se destaca, com 43,63% da receita total continuam a ser os saldos transitados de anos anteriores. Durante o ano de 2021, a execução global de 43 projetos de investigação, 16 com financiamento internacional e 27 com financiamento nacional, aumentou em 36,00% face ao ano de 2020, contudo as verbas que ficam por executar continuam a ter uma expressão muito significativa que se traduz no aumento do saldo para o ano seguinte.

A outra rubrica de receita com maior expressão, a verba proveniente da Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), que representa 29,01% da receita total da Investigação, no valor de 1 192 586,38€, cresceu 11,51% face a 2020. Sobretudo pelo aumento do financiamento da contratação de investigadores/as destinados/as a estimular o emprego científico e tecnológico.

A receita proveniente da União Europeia no valor de 896 520,84€, registou um aumento de 161,99% face ao ano transato, essencialmente pelo projeto internacional eMOTIONAL *Cities*, ganho em 2021, com orçamento global de quase 5 milhões de euros, distribuídos entre os 14 parceiros de vários países.

Nas receitas de Investigação temos ainda as provenientes das prestações de serviço à comunidade por docentes do IGOT em áreas como elaborações de cartografias, estudos e planos, que representam 5,55% das receitas totais da Investigação.

Como verificamos no quadro apresentado a trajetória da receita da investigação ao longo dos últimos 3 anos tem sido de crescimento, entre 2019 e 2020 registámos um crescimento de 20,00% e de 2020 para 2021 o crescimento foi de 6,41%.

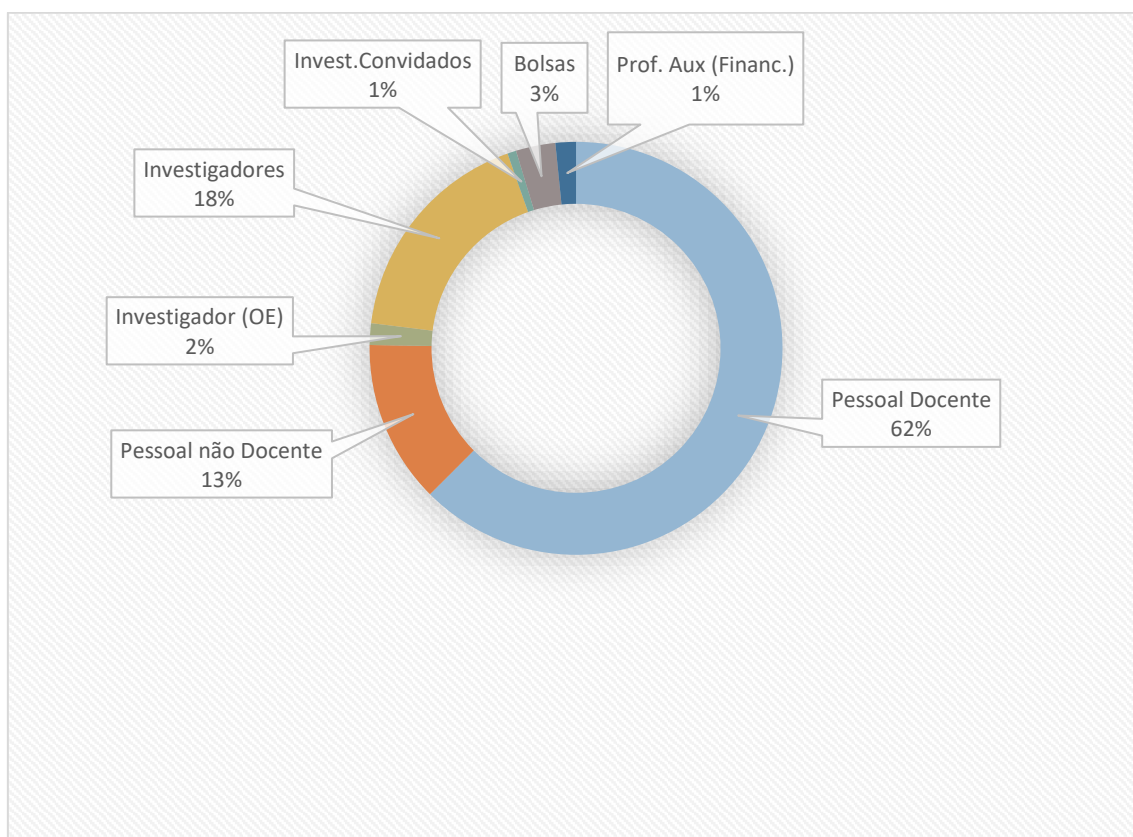
## DESPESA

Em 2021, o total da despesa ascendeu a 4 949 470,03€, sendo 3 176 485,73€, através da atividade do Ensino, 1 763 722,24€ através da atividade da Investigação e 9 262,06€ através das medidas COVID-19.

A maior rubrica de despesa, como é obvio, continua a ser a correspondente às remunerações com o pessoal. Em 2021 a verba gasta em remunerações de pessoal docente, técnico e administrativo e investigação com contrato ascendeu a 3 489 980,65€, representando 70,64% da despesa total do ensino e investigação, sendo 2 649 146,01€ referentes a pagamento de remunerações a docentes, técnicos administrativos e 1 investigadora de carreira, e 840 834,64€ referente a investigadores/as convidados/as contratualizados/as no âmbito de projetos e investigadores/as contratualizados/as no âmbito do Programa de Estímulo Científico e Tecnológico e pelo concurso da Ciência e Tecnologia do Emprego Científico Institucional.

O Gráfico que se segue mostra a repartição do total da despesa em remunerações por agrupamentos de pessoal, representando o pessoal docente do quadro 62,37% da despesa em remunerações, o pessoal técnico e administrativo 12,72% e todos os investigadores/as com contrato financiados pela FCT e/ou financiados por projetos 21,82%. O valor pago em bolsas de douramento, mestre e licenciados pelo IGOT em 2021 representou 3,09% do valor total gasto em remunerações.

/GRÁFICO 11| REMUNERAÇÕES POR CARREIRAS





A verba transferida pelo Orçamento de Estado continua a não suportar o total da despesa com pessoal dos quadros, em 2021 a verba do OE apenas cobriu 87,71% da despesa gasta em remunerações com o pessoal do quadro (docentes, técnicos e 1 investigadora), o remanescente da massa salarial, no valor de 325 546,01€, teve de ser suportado por receita próprias, sobretudo as propinas.

Relativamente às despesas com a aquisição de bens e serviços, continuam a ser maioritariamente verbas provenientes da investigação sobretudo missões e equipamentos informáticos e/ou específicos para projetos. Em 2021, foi de 844 895,91€, sendo 263 128,33€ por conta das verbas do ensino, 581 767,58€ por conta das verbas da investigação.

#### /QUADRO 2 | DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA DE 2019, 2020 E 2021, POR RUBRICA, NO ENSINO E NA INVESTIGAÇÃO

	2021	Peso Relativo	2020	Peso Relativo	2019	Peso Relativo
Despesas Pessoal	2 649 146,01	83,40%	2 775 889,43	86,69%	2 682 142,62	84,85%
Bens e Serviços	263 128,33	8,28%	300 794,97	9,39%	407 841,72	12,90%
Investimentos	12 753,86	0,40%	8 977,69	0,28%	10 770,92	0,34%
Outros	251 458,39	7,92%	116 474,18	3,64%	60 426,42	1,91%
<b>Total Ensino</b>	<b>3 176 485,73</b>	100,00%	<b>3 202 136,27</b>	100,00%	<b>3 161 181,68</b>	100,00%
Despesas Pessoal	840 834,64	47,67%	673 932,34	54,22%	463 718,25	44,28%
Bens e Serviços	581 767,58	32,99%	353 045,50	28,40%	302 836,14	28,92%
Investimentos	164 605,72	9,33%	76 711,89	6,17%	114 765,72	10,96%
Outros	176 514,30	10,01%	139 326,70	11,21%	165 874,47	15,84%
<b>Total Investigação</b>	<b>1 763 722,24</b>	100,00%	<b>1 243 016,43</b>	100,00%	<b>1 047 194,58</b>	100,00%
<b>Total Despesa</b>	<b>4 940 207,97</b>		<b>4 445 152,70</b>		<b>4 208 376,26</b>	

O quadro acima efetua o resumo da despesa dos últimos três anos, repartida pela atividade Ensino e Investigação.

No essencial, concluímos que o total da despesa do ensino tem sido muito constante ao longo dos últimos anos, tendo a despesa de 2021 sido praticamente igual à de 2019.

Contudo, a evolução das despesas do Ensino por grandes rubricas não tem sido uniforme, se por um lado as despesas de bens e serviços, essencialmente, contratos de manutenção do edifício como seja segurança, limpeza, luz e consumíveis diversos, têm vindo a ser reduzidas, registando-se de 2019 para 2021 um decréscimo de 35,48% sobretudo pela

redução de consumos decorrentes da situação pandémica. Por outro lado, as despesas de transferências registaram um aumento bastante significativo, mais 135 167,85€ em 2021 face a 2020, sobretudo pelos acordos protocolares celebrados em 2015 e 2016 em que o IGOT se comprometeu a custear 50,00% do valor de 7 bolsas de doutoramento no âmbito do programa de bolsas de doutoramento da ULisboa. Apenas em 2021, a reitoria apurou o valor a transferir de verba, tendo a mesma ascendido a 91 239,91€, representando 87,35% do valor do protocolo, o que explica o aumento da despesa do agrupamento das despesas em transferências.

Quanto às despesas com pessoal do quadro registámos uma redução de 4,57%, relativamente ao ano transato. Esta situação tão indesejável para o IGOT, ocorre porque as autorizações de abertura de procedimentos de pessoal são, na maioria das vezes, muito demoradas e os procedimentos administrativos conducentes às contratações demoram mais do que o desejável e espectável.

Relativamente à investigação, registou-se um aumento total da despesa de 2020 para 2021 de 520 705,81€, transversal a todas as rubricas de despesa, que se cifrou num crescimento muito significativo de 41,89%.

No que se refere às despesas com pessoal que registaram um aumento de 166 902,30€, sobretudo pelo aumento dos contratos de investigadores financiados pela FCT como já referimos. Na despesa de bens e serviços registámos um crescimento de cerca de 64,79%. Este aumento é registado por via da retoma da atividade de investigação em 2021 na medida em que as viagens e alojamentos no âmbito da participação de investigadores em eventos nacionais e internacionais e as inscrições em conferências diversas retomaram no ano em análise.

Também as despesas de investimento registaram um aumento de 114,58% face a 2020, igualmente explicado pela necessidade de apetrechar os novos investidores com equipamento e softwares.

Importa, salientar, que a trajetória da despesa ao longo dos últimos 3 anos tem sido de crescimento inferior ao crescimento da receita, o que se traduz num aumento do saldo transitado de ano para ano.

De referir por último que, em 2021, mantiveram-se em vigor as duas medidas criadas pelo Governo para análise dos custos da pandemia, a Medida 95 para gestão da Contingência COVID 2019 – prevenção, contenção, mitigação e tratamento e Medida 96 – Contingência COVID 2019 – garantir normalidade.

Em 2021, não foram efetuadas despesas ao abrigo da Medida 95 – “Contingência COVID 2019 – prevenção, contenção, mitigação e tratamento” enquanto que em 2020 as despesas ascenderam a 11 976,20€.

A despesa paga referente à Medida 96 – “Contingência COVID 2019 – garantir normalidade” foi de 9 262,06€ contra os 22 266,84€ pagos em 2020.



## SALDOS

Analisando a evolução dos saldos, entre o final de 2020 e de 2021, verificamos que a tendência de aumento do saldo não foi exceção em 2021. No Ensino registámos um aumento de 290 844,30€ e na Investigação o aumento foi de 553 749,38€. Tendo o saldo total de 2021 registado um aumento fase ao ano de 2020 de 29,05%.

No ensino, tanto a receita como a despesa tendem a ser mais uniformes ao longo do tempo, tendo o aumento ficado a dever-se como explicámos anteriormente pela redução na despesa e ao incremento nas verbas provenientes das transferências do OE e dos valores arrecadados em propinas.

Na investigação, quer a receita quer a despesa são mais voláteis dependendo, em grande medida, dos projetos que se encontram em execução e do surgimento de novos. Apesar da despesa ter aumentado face ao ano transato, a receita arrecadada excedeu a de 2020, fruto do aumento da verba transferida pela FCT e pela União Europeia, o que determinou um aumento do saldo.

### /QUADRO 3 | SALDOS 2020-2021

	Ensino	Investigação	Total
Receita do Ano	3 467 330,03	2 317 471,62€	5 784 801,65
Saldos Integrados	1 112 995,67	1 794 009,57	2 907 005,24
Total Receita	4 580 325,70	4 111 481,19	8 691 806,89
Despesa	3 176 485,73	1 763 722,24	4 940 207,97
Saldos 2021	1 403 839,97	2 347 758,95	3 751 598,92

O quadro ilustra os saldos integrados de 2020, bem como a receita e despesa do ano, apurando-se deste modo os saldos a transitar para 2022.

## //ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

### REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

### VALORES DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.12.2021	31.12.2020
111	Numerário		
111000001	Caixa Tesouraria IGOT	0,00	2.304,63
1211	Depósitos à ordem no Tesouro		
121100001	IGCP - 0781 0112 01120013883 10	25.195,66	41.794,20
121100002	IGCP - 0781 0112 01120013945 18	1.824.563,39	1.303.551,84
121100003	IGCP - 0781 0112 01120013946 15	577.320,86	906.515,21
121100004	IGCP - 0781 0112 01120013964 58	107.419,34	107.419,34
121100005	IGCP - 0781 0112 01120014789 08	6.332,00	15.302,67
121100006	IGCP - 0781 0112 01120014851 16	206.919,23	31.985,06
1221	Depósitos bancários na CGD		
122110001	CGD - 0035 0368 00003212230 07	1.079.832,68	521.848,69
<b>TOTAL</b>		<b>3.827.583,16</b>	<b>2.930.721,64</b>

## //ESTRUTURA PATRIMONIAL

### ATIVO

O total do ativo do IGOT-ULisboa, a 31 de dezembro de 2021, ascende a 11 609 344,60€ dos quais o ativo não corrente representa 34,73% e o ativo corrente 65,27%.

O ativo não corrente no valor de 4 031 388,26€ é essencialmente constituído por ativos tangíveis (edifício, equipamentos informático, básico e administrativo, etc.).

No ativo corrente, no montante de 7 577 956,34€, é de destacar o valor de 2 830 511,08€ referente a subsídios não reembolsáveis (valores a receber de projetos de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia e projetos internacionais do H2020), e as dívidas a

receber de alunos e outros, no valor de 727 855,17€. Fazem parte do ativo corrente o montante de 3 827 583,16€ de disponibilidades existente em caixa e bancos, cuja decomposição está no quadro acima.

Alguns valores desagregados constantes do anexo às demonstrações financeiras de 2021:

### *DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Devedores por transferências e subsídios decompõem-se como segue:

<b>Devedores por transferências e subsídios</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Faculdade de Letras		76.559,18
MIGRATION POLICY GROUP	3.000,00	
Especialização de Projetos	2.827.511,08	2.693.480,23
	<u>2.830.511,08</u>	<u>2.770.039,41</u>

### *CLIENTES C/C*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Clientes Conta corrente decompõem-se como segue:

<b>Clientes C/C</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
ANRU / URBACT Secretariat		3.750,00
BIODESIGN, AMBIENTE E PAISAGEM, LDA		25.807,86
CCISP - Conselho Coordenador dos		14.083,50
Migration Policy Group		9.000,00
PAHL CONSULTING LDA		15.682,50
SOCARTO SOC LEVANTAMENTOS		7.226,25
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA	30.750,00	
MIGRATION POLICY GROUP	6.000,00	
Clientes valor < 3.000 €	2.198,00	1.422,58
	<u>38.948,00</u>	<u>76.972,69</u>

### CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Clientes de cobrança duvidosa decompõem-se como segue:

<b>Clientes Cobrança Duvidosa</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Clientes valor < 3.000 €	2.602,50	2.602,50
	<u>2.602,50</u>	<u>2.602,50</u>

### ALUNOS C/C

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Alunos Conta Corrente decompõem-se como segue:

<b>Alunos C/C</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Ano letivo 2011/2012 *	14.144,07	35.881,20
Ano letivo 2012/2013 *	30.656,08	
Ano letivo 2013/2014		
Ano letivo 2014/2015 *	21.157,06	
Ano letivo 2015/2016 *	17.686,87	
Ano letivo 2019/2020		76.465,15
Ano letivo 2020/2021	46.490,31	476.335,86
Ano letivo 2021/2022	558.772,78	
	<u>688.907,17</u>	<u>588.682,21</u>

\* Dívida em execução Fiscal

As Dívidas dos anos letivos 2011/2012, 2012/2013, 2014/2015 e 2015/2016, passaram a execução fiscal junto da Autoridade Tributária, durante o ano de 2021.

## ALUNOS COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Alunos cobrança duvidosa decompõem-se como segue:

<b>Alunos cobrança duvidosa</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Ano letivo 2010/2011	61.694,25	66.170,11
Ano letivo 2011/2012 *		
Ano letivo 2012/2013 *		49.206,18
Ano letivo 2013/2014	32.582,16	42.102,76
Ano letivo 2014/2015 *		31.901,36
Ano letivo 2015/2016 *		34.261,54
Ano letivo 2016/2017	22.412,97	23.972,61
Ano letivo 2017/2018	36.860,95	38.313,49
Ano letivo 2018/2019	28.003,80	31.346,94
Ano letivo 2019/2020	29.424,21	
	<u>210.978,34</u>	<u>317.274,99</u>

\* Dívida em execução Fiscal

## OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Outras Contas a Receber decompõem-se como segue:

<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
CTT	458,84	882,44
Direção-Geral do Território		3.359,00
Fundação Universidade Lisboa	29.754,47	29.754,47
ISA - Instituto Superior de Agronomia		2.767,00
Universidade Nova de Lisboa		13.012,69
	<u>30.213,31</u>	<u>49.775,60</u>

## DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Diferimentos decompõem-se como segue:

Diferimentos	Valor a 31.12.2021	Valor a 31.12.2020
Deslocações e Estadas	121.770,72	
Seguros	12.054,74	
Livros e Documentação Técnica	15.507,18	
Faturas diversas	1.331,91	5.639,08
	150.664,55	5.639,08

O aumento significativo das rubricas ficou a dever-se ao fretamento do voo e às viagens para a Antártida no âmbito do projeto Propolar, situação que não se havia verificado em 2020 fruto da situação pandémica. Verificou-se um aumento também ao nível dos seguros, quer de viagem quer pessoais, decorrentes de contratos de bolsa, e ao nível de subscrições anuais de revistas e e-books.

## PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O passivo do IGOT-ULisboa, a 31 de dezembro de 2021, no montante de 4 539 927,86€ é constituído no essencial por proveitos diferidos de projetos de investigação, propinas dos 3 ciclos de estudo e especialização de férias e subsídio de férias.

A estrutura patrimonial assenta em capitais próprios positivos no montante de 7 069 416,74€, destacando-se o montante de 1 573 039,19€ de resultados transitados positivos de anos anteriores e o valor de 4 800 756,59€ referente a outras variações do património líquido, acresce ainda o resultado líquido positivo de 640 300,42€.

O balanço evidencia que o IGOT-ULisboa goza de uma autonomia financeira de 60,89%, embora este indicador tenha maior leitura no caso de se tratar do setor privado.



Alguns quadros do anexo que demonstram o anteriormente descrito:

### *FORNECEDORES C/C*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Fornecedores decompõem-se como segue:

<b>Fornecedores</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Fornecedores valor < 3.000 €	748,88	7.890,41
	<u>748,88</u>	<u>7.890,41</u>

### *ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes decompõem-se como segue:

<b>Adiantamentos de Clientes</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
COMISSÃO PARA A CIDADANIA		14.016,34
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia		22.711,86
	<u>0,00</u>	<u>36.728,20</u>

<b>Adiantamentos de alunos</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Alunos valor < 3.000 €	4.448,34	5.703,71
	<u>4.448,34</u>	<u>5.703,71</u>

## ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos decompõem-se como segue:

<b>Estado e Outros entes Públicos</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Retenções de impostos sobre rendimentos	-358,37	-629,28
Imposto sobre o valor acrescentado	21.316,39	26.773,47
CGA	15,35	15,34
IGFSS	-109,00	-109,44
ADSE	1,74	-2.069,02
AT - Retenções Fornecedores		
	<u>20.866,11</u>	<u>23.981,07</u>

## OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Outras Contas a Pagar decompõem-se como segue:

<b>Outras Contas a Pagar</b>	<b>Valor a 31.12.2021</b>	<b>Valor a 31.12.2020</b>
Especialização de férias e subsidio de férias	475.056,12	447.740,74
Outros acréscimos de gastos	12.987,28	18.699,30
Outros Credores - Reembolsos	22.865,14	22.865,14
Cauções	1.000,00	
	<u>511.908,54</u>	<u>489.305,18</u>

## DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Diferimentos decompõem-se como segue:

Diferimentos	Valor a 31.12.2021	Valor a 31.12.2020
Propinas	493.053,78	438.717,21
Outros proveitos diferidos-Proj. Inv.	3.374.875,84	3.100.168,69
	3.867.929,62	3.538.885,90

O aumento significativo dos diferimentos fica a dever-se, em grande medida, aos valores de projetos, sendo que no ano de 2021 verificou-se a execução global de 43 projetos de investigação, 16 com financiamento internacional e 27 com financiamento nacional. Contudo as verbas que ficam por executar continuam a ter uma expressão muito significativa que se traduz no aumento do saldo para os anos seguintes.

## //ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### RENDIMENTOS

Os rendimentos totais do IGOT-ULisboa, em 31 de dezembro de 2021, ascenderam 5 442 020,38€ e em 31 de dezembro de 2020 a 4 922 275,03€, ou seja, registaram um aumento de 10,56%.

As receitas do ano de 2021, são sobretudo propinas dos 3 ciclos de estudo no valor de 780 057,18€ valor inferior ao arrecadado em 2020, em menos 8,34%. A receita de contratos de prestações de serviço foi de 140 222,03€, menos 42,51% face ao ano transato. A rubrica de subsídios para projetos de investigação nacionais e internacionais, incluindo o plurianual do centro de investigação do IGOT-ULisboa foi de 4 360 051,69€, enquanto em 2020 o valor tinha sido de 3 757 595,53€, mais 16,03% que no ano transato, fruto da execução global de 43 projetos de execução.

## GASTOS

Os gastos totais, sem as amortizações e encargos financeiros, no exercício de 2021, atingiram o valor de 4 610 819,60€ mais 285 172,47€ que os registados em 2020, ou seja, os gastos totais foram em 2021 mais 6,59% do que os registados em 2020.

A rubrica com maior expressão é a dos gastos com o pessoal docente, técnico e administrativo e investigadores incluindo bolsas de projetos e ainda os subsídios de alimentação e ajudas de custos, que ascendeu a um valor de 3 511 528,29€ contra o valor de 3 429 332,45€ assumido em 2020, mais 2,40%. A rubrica de despesas com pessoal, em 2021, representou cerca de 76,16% dos gastos totais do IGOT-ULisboa, exceto amortizações e encargos financeiros.

A rubrica dos gastos com a prestação de serviços externos, que se traduz nas despesas de funcionamento do edifício do IGOT-ULisboa, em 2021, ascendeu a 758 507,69€, mais 13,88% que no ano anterior. As despesas de funcionamento representam 16,45% dos gastos totais, exceto amortizações e encargos financeiros. As despesas de serviços externos sofreram um incremento fruto de uma retoma das atividades, sobretudo ao nível dos projetos de investigação que aumentaram a sua execução quando comparado com o período de 2020, fortemente marcado pela situação pandémica.

Dos outros gastos temos as amortizações que, em 2021, foram no valor de 190 900,36€.

## RESULTADOS

Os resultados antes de depreciações e encargos financeiros (EBITA) foram positivos em 831 200,78€, mais 234 572,88€ do que o registado em 2020. Sobretudo, por força das transferências e subsídios correntes arrecadados em 2021 mais 602 456,16€ do que os arrecadados em 2020.

O resultado líquido de 2021 foi positivo em 640 300,42€, contra o valor de 416 176,46€, registado em 2020, que como atrás já mencionamos se deveu ao aumento das receitas de projetos e plurianual do Centro de Investigação.

## //PERSPETIVAS FUTURAS

Para o ano de 2022 não prevemos grandes mudanças na estratégia do IGOT-Ulisboa, conforme plano de atividades para 2022 e projeto de orçamento para 2022, ainda não aprovado nesta data. A nível dos impactos induzidos pela Pandemia vamos continuar a manter as medidas necessárias a minimizar potenciais impactos em linha com as orientações governamentais e do Reitor da ULisboa. Para 2022 teremos, ainda, que acomodar eventuais impactos que possam surgir pelo conflito armada entre Rússia e Ucrânia, sobretudo ao nível dos aumentos dos preços e potencial diminuição da procura dos nossos cursos pelo empobrecimento da população.

Para 2022 ao nível da atividade do Ensino destacamos as seguintes medidas:

- Densificar a aposta em atrair estudantes com melhor desempenho do ensino secundário de modo a que a média de ingresso possa continuar a aumentar. Ao nível dos estudantes inscritos em licenciaturas mantemos o objetivo dos 500 alunos. Ao nível dos mestrados apostamos em manter os 30% dos alunos de licenciatura, atingindo os 150 alunos inscritos e nos doutoramentos os 100 estudantes inscritos. Para isso, apostamos na retoma das iniciativas que dão visibilidade ao IGOT-ULisboa, como as campanhas de marketing, o projeto nós propomos e eventos divulgação do conhecimento e competência que apostem na visibilidade das saídas profissionais da área científica ministrada pelo IGOT-ULisboa.
- Iniciar em 2022 a formação pós-graduada e a formação especializada orientada para a aprendizagem contínua e a formação ao longo da vida, explorando domínios inovadores e aproximando-a progressivamente das novas necessidades profissionais e societárias, nomeadamente com o compromisso assumido com o Programa de Recuperação e Resiliência em criar o percurso Pós- Graduado de atualização em tecnologias de informação Geográfica e de Ordenamento do Território composto por 11 cursos de pós graduação não conferente de grau académico.
- Continuar a tarefa desafiante e difícil, dos últimos 2 anos, de alargar a internacionalização dos alunos nacionais em outras escolas de referência e aumentar os estudantes inscritos no IGOT-ULisboa de outras nacionalidades sobretudo Europa e China.
- Manter, em linha com a estratégica governamental, a aposta na reorganização do funcionamento dos serviços administrativos, desenvolvendo rotinas assentes no planeamento, na calendarização atempada e na utilização de ferramentas digitais que melhorem o registo e facilitem a consulta e divulgação da informação, sobretudo mantendo os manuais de procedimentos permanentemente atualizados.

A nível da investigação o IGOT-ULisboa através do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG) pretende densificar o aumento de candidaturas a projetos de investigação com financiamento competitivo de âmbito nacional e internacional. Com a retoma das atividades presenciais, prevemos o aumento das iniciativas de divulgação e difusão da produção científica dos docentes e investigadores do IGOT ULisboa. De destacar a assinatura no início do ano de 2021 do contrato programa do Laboratório Associado Terra (consórcio com outras unidades de I&D em torno da temática da Sustentabilidade), para o período de 2021-2025, que permitirá expandir a atividade de investigação em torno da temática da Sustentabilidade, reforçar a formação avançada e ainda alargar o âmbito das atividades de outreach, estando acordado que o CEG terá a coordenação científica da Linha Temática "Socioecological Systems". O crescimento previsto na área da investigação exige desenvolvimentos do modelo de gestão de modo que a resposta para as instituições financeiras, investigadores e órgãos de gestão seja mais eficiente e eficaz.

Para 2022 prevemos alargar e diversificar a prestação de serviços à comunidade civil através da consultadoria técnica e científica que o IGOT presta com o seu corpo docente especializado.

Transversalmente, a nível administrativo, prevemos dar continuidade ao processo de desmaterialização dos processos administrativos físicos e das fontes bibliográficas de apoio ao ensino e à investigação e, por termos aderido ao processo de certificação do sistema interno de garantia da qualidade, inúmeros desafios teremos pela frente nomeadamente na elaboração de regulamentos internos e de manuais de procedimentos.

## //PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido do período apurado em 2021, no montante de 640 300,42€ positivo, deverá, segundo proposta do Conselho de Gestão, ser transferido para resultados transitados.

Lisboa, 19 de abril de 2022

### O CONSELHO DE GESTÃO

Presidente do IGOT-ULisboa,

---

(Prof. Doutor José Manuel Simões)

Vice-Presidente do IGOT-ULisboa,

---

(Prof.<sup>a</sup> Doutora Eduarda Marques da Costa)

Diretor do CEG,

---

(Prof.<sup>o</sup> Doutor José Luis Zêzere)

Diretora Executiva

---

(Lic. Ana Paula Carreira)